



Mercado Municipal da Ribeira Brava para o ano de dois mil e catorze.-----

----- No Período Antes da ordem do Dia procedeu-se à votação da ata número dois de dois mil e treze, tendo sido aprovada por maioria, registando-se uma abstenção do CDS.-----

-----De seguida o Sr. Presidente da Assembleia informou acerca do expediente da Assembleia referindo a apresentação do orçamento da Assembleia Municipal à Câmara Municipal; o envio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de informação relativa aos elementos representativos da Assembleia que estarão incluídos nessa comissão; pedido feito à Câmara Municipal para que no seu site haja uma secção da Assembleia Municipal onde todos os documentos e informações estarão disponíveis; pedido de parecer à Administração Pública Regional sobre as ajudas de custo aos membros da assembleia; despachos a propostas enviadas pelo CDS e PTP; convite enviado pela Junta de Freguesia da Serra de Água para as comemorações do aniversário da freguesia; e outras correspondências natalícias recebidas.-----

-----No período de Antes da Ordem do Dia o PSD apresentou o seguinte voto de congratulação: "O grupo de deputados municipais do PPD/PSD à Assembleia Municipal da Ribeira Brava, congratula-se pela organização de mais uma edição da "Festa da Castanha da Serra", que decorreu nas zonas altas do nosso concelho integradas na Paroquia de São Paulo e que desta maneira continua a valorizar e divulgar essas zonas e conseqüentemente os hábitos e as gentes locais. Este voto fundamenta-se no sucesso geral desta quarta edição, traduzida no crescimento progressivo, na consolidação da auto-sustentabilidade, na forma ordeira como a mesma decorreu, bem como, pela procura verificada até do ponto de vista turístico, incrementando a divulgação exterior das vivências desta localidade. Com este voto pretendemos enaltecer as populações das zonas altas do nosso concelho e agradecer a todos aqueles que organizaram, colaboraram e participaram, especialmente os parceiros envolvidos na organização. Também pretendemos valorizar com este voto as características genuínas e únicas deste evento serrano, que deste modo enriquece a programação sociocultural do nosso concelho."-----

-----Este voto foi levado a votação e foi aprovado por maioria, registando-se quatro abstenções do CDS.-----

-----O PSD apresentou um segundo voto de congratulação: " O grupo de deputados municipais do PPD/PSD à Assembleia Municipal da Ribeira Brava congratula-se com os recentes prémios ganhos por dois alunos da Escola Padre Manuel Álvares. Julgamos que estamos perante um feito meritório alcançado por Luís Silva (sexto ano) e Carolina Aguiar (sétimo ano), representantes da Região Autónoma da Madeira, que conquistaram dois dos três prémios na categoria Júnior que vieram para Portugal, no âmbito do "European Week Against Cancer dois mil e treze – Youth Post Competition", organizado pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. Este concurso foi dividido em várias categorias e constou na criação de cartazes com a temática "prevenção do cancro", contando com a participação de cento e setenta e nove trabalhos de diferentes países tais como: Irlanda, Eslovénia, Roménia, Malta, Itália, Suíça, Bélgica e naturalmente de Portugal."-----

-----Procedeu-se ao sufrágio deste voto que foi aprovado por unanimidade.-----

-----O PSD apresentou um voto de congratulação acerca dos cinquenta anos da construção da Igreja do Campanário: "Pelos Bodas de Ouro (quinquagésimo aniversário) da Dedicção da Igreja de São Brás na Freguesia de Campanário. Aquele

templo cujas obras se iniciaram em mil novecentos e cinquenta e oito, foi uma aspiração das pessoas daquela época, em virtude da igreja existente ser pequena para o número de fiéis da freguesia e apresentar um adiantado estado de ruína e degradação, conforme afirmava o então pároco, o padre Manuel Pita. A quinze de dezembro de mil novecentos e sessenta e três inaugurou-se a atual igreja do Campanário. Desde a sua construção até à presente data, o atual templo tem sofrido algumas alterações, nomeadamente no seu interior. Mais recentemente, por iniciativa do atual pároco, padre Adelino Macedo e da comissão de obras da paróquia, este edifício foi alvo de uma remodelação profunda. Nesta intervenção houve a preocupação de reintegrar as peças do templo anterior, dada a importância do seu valor histórico e sentimental, fruto do trabalho dos nossos antepassados e que ainda perduram. Hoje a atual igreja é um espaço mais acolhedor, com melhores condições, ao nível estético e da acústica. Na comemoração dos cinquenta anos da sua dedicação, este templo é um ponto de referência para a população local, assim como, num contexto mais alargado para o concelho e para a região autónoma.”-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia do Campanário referiu que cinquenta anos é uma data relevante que se deve valorizar e que um monumento deve ser motivo de orgulho.-----

-----Este voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.-----

-----O senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira informou a Assembleia que exerce funções não remuneradas à IPM.-----

-----O deputado Nuno Almas interveio protestando por não haver pluralidade na discussão do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, pois os partidos sem acento na Câmara não foram ouvidos. Questionou porque os varredores não podem almoçar no refeitório da Câmara, como também quem o empreiteiro que está a fazer a obra do adro da Igreja da Ribeira Brava. Também referiu a falta de um estacionamento próprio para uma criança com deficiência na escola do Campanário. Apesar de ter sido nomeado mais um vereador tudo continua igual no Município. Ao dar a conhecer estas informações disse que pretende assumir a sua função enquanto deputado.-----

-----O deputado Telmo Freitas perguntou qual o valor angariado no assoreamento da praia da Ribeira Brava; como foi feito o concurso para executar as obras do adro da Igreja e qual os valores apresentados pelas empresas.-----

-----O deputado Ilídio Almada questionou porque autorizaram a obra no adro da Igreja na época Natalícia e se o pavimento e caleiras foram feitos consoante o orçamento.-----

-----A deputada Graça Freitas perguntou porque não se aumenta o cemitério de Campanário e sugeriu que o funcionário deveria ter uma casa de banho e um refeitório, porque neste momento usa a morgue para fazer as suas refeições.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento prestou os devidos esclarecimentos referindo que por lapso seu não convidou os partidos sem acento para a discussão do Plano e Orçamento. Em relação à aluna com problemas motores do Campanário tentarão solucionar a situação, mas mesmo colocando um estacionamento para deficientes este poderá estar ocupado indevidamente. No que diz respeito ao Adro da Igreja da Ribeira Brava o contrato era para fazer em dois mil e treze, se não avançassem poderiam perder o dinheiro para fazer a obra. O ajuste direto foi a concurso com três empresas e ganhou a que expôs o melhor orçamento, a empresa *Nascimento e Nascimento*. Não sabe ao certo os valores ganhos com o assoreamento da praia. Os funcionários não vão



ao refeitório da Câmara porque não querem, pois todos podem ir ao refeitório. -----

-----O Presidente concedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira que referiu que o assoreamento da praia não é competência da Câmara. Disse ainda que o governo teria de pagar para fazer o assoreamento da praia, como não havia condições financeiras para isso algumas empresas ofereceram-se fazer esse serviço sem remuneração. -----

-----O deputado Telmo Freitas questionou se a Câmara não foi consultada sobre os inertes que saíram da praia, se seriam para fora do concelho e a Câmara não aproveitou esse material para o seu concelho.-----

----- O deputado Marco Almas perguntou porque está um funcionário da Câmara a trabalhar na obra do adro da Igreja da Ribeira Brava.-----

-----O deputado Ilídio Almada referiu que se a conclusão da obra do adro da Igreja era até dois mil e catorze deveriam ter começado a obra mais tarde.-----

-----A deputada Graça pediu para responder à questão que a própria colocou anteriormente.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que em relação ao cemitério de Campanário estão a analisar a situação. Em relação à obra do adro da Igreja as datas existentes são para salvaguardar a obra.-----

-----O Presidente delegou a palavra ao Vice-Presidente Marcelino Pereira e disse que a paróquia quer fazer um palco no adro da Igreja e será a própria a assumir esses custos. No que diz respeito ao funcionário da Câmara que está a trabalhar na obra é sem o conhecimento da Câmara, e esse funcionário está de férias.-----

-----A deputada Manuela Gomes inquiriu sobre a memória justificativa da Receita e da Despesa para dois mil e catorze.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal interveio referindo que essa questão era extemporânea e que posteriormente seria colocada à discussão.-----

-----O deputado Telmo Freitas referiu que visto que é a paróquia da Ribeira Brava que vai arcar com os custos da obra do palco, porque não convida uma empresa para trabalhar em conjunto com a empresa que está a fazer o adro da Igreja, e assim fazer o palco.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues questionou se seriam mais quarenta mil euros para o projeto do adro da Igreja, tal como saiu nos meios de comunicação social. Referiu ainda que sendo que vai haver alterações na obra (o palco no adro da Igreja) quem irá pagar essas alterações.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira constatou que a Câmara mandou fazer o projeto do adro da Igreja que custou quarenta mil euros. Referiu ainda que o contrato para execução da obra do adro da Igreja acaba a trinta e um de dezembro de dois mil e treze e que o contrato de pagamento acaba em dois mil e catorze. Em relação ao palco, será custeado pela paróquia que o irá realizar futuramente, neste momento só estão a fazer as ligações de água e luz para esse palco, que foi solicitado pela paróquia.-----

-----A deputada Catarina Almeida fez um pedido de esclarecimento acerca das casas de banho públicas existentes no adro da Igreja, questionando se as mesmas serão consertadas.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira informou que essas casas de banho estão ocupadas pela PT.-----

-----O período da Ordem do Dia teve início às dezasseis horas e trinta e quatro

minutos.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Câmara Municipal solicitou a introdução de outro ponto na ordem de trabalhos, que por lapso de comunicação não foi introduzido atempadamente. Assim sendo foi colocada à votação a introdução de um novo ponto, ponto número sete, “Discussão e Votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Ribeira Brava para o ano de dois mil e catorze”.-----

-----Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo.-----

-----O senhor Presidente do Município informou acerca das atividades do executivo durante os últimos dois meses, tendo referido a planificação da atividades da época natalícia, entre elas o contrato de aquisição de serviços para a iluminação e a programação das atividades de Natal. Também salientou a celebração do contrato para a reconstrução do pavimento do adro da Igreja da Ribeira Brava. O executivo também tem continuado a zelar pela manutenção de estradas, caminhos municipais e veredas; continua dando apoio às escolas do concelho e sempre atento e fazendo o levantamento dos casos com necessidades sociais e encaminhando para as entidades. O executivo camarário tem trabalhado arduamente para encontrar as devidas soluções para o futuro do concelho.-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta do novo Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal explicou que esta proposta é da iniciativa de um grupo de trabalho, composto pelos membros da Mesa da Assembleia, sendo que essa proposta foi realizada seguindo diversos parâmetros nomeadamente adequar o Regimento à lei 75/2013. A proposta enviada pelo CDS foi analisada pela mesa e inserida no Regimento consoante a perspetiva da Mesa da Assembleia. Esta proposta de Regimento, era de pretensão do grupo de trabalho, enviar à Associação Nacional de Municípios, para que esta desse o seu parecer, no entanto não nos foi possível enviar a tempo desta sessão da Assembleia. Chegaram até à Mesa da Assembleia duas propostas de alteração ao Regimento proposto, do CDS e PTP, que serão votadas individualmente e depois será votado globalmente a proposta de Regimento.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues questionou se não houve alteração à votação das atas, visto que as atas são votadas na sessão seguinte da Assembleia, acontecia que às vezes alguns deputados teriam que votar atas de sessões onde não estiveram presentes.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que de modo ordinário a ata será votada na sessão seguinte, mas em casos que seja necessário a ata será votada no mesmo dia.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues refutou que esse ponto deveria ser alterado ao nível do português porque não está bem explícito.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal explicou que essa alteração poderia ser colocada à votação, apresentando uma proposta à mesa, contudo essa questão está salvaguardada na proposta de Regimento no ponto número dois do artigo trigésimo nono.-----

-----Foi colocada à discussão a proposta apresentada pelo CDS com o seguinte conteúdo: “Proposta de alteração (alteração à redação do ponto seis do artigo décimo), capítulo terceiro – do funcionamento da Assembleia, secção primeira – das



sessões, artigo décimo (sessões solenes). A atual redação proposta – 6. Tem uso da palavra em sessão solene o presidente da Assembleia Municipal, o presidente da Câmara Municipal e os destacados elementos que sejam determinados pela Mesa da Assembleia, não podendo exceder o conjunto de intervenções os sessenta minutos. Passa a ter a seguinte redação – 6. Na sessão terão direito ao uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara, um representante de cada Grupo Municipal e os representantes únicos de partidos e os destacados elementos que sejam determinados pela mesa da assembleia, não podendo exceder o conjunto de intervenções os noventa minutos.”-----

-----O deputado Ilídio Almada salientou que o CDS propõe que cada líder parlamentar deverá ter direito à palavra e que o tempo seja de noventa minutos.-----

-----O deputado Domingos Andrade referiu que o grupo parlamentar do PSD é da opinião que já existem seis sessões ordinárias onde os deputados têm direito à palavra e a expor as suas dúvidas, não concorda que nas sessões solenes haja tantas pessoas a palestrar.-----

-----Colocada à votação a proposta do CDS foi rejeitada por maioria, com quinze votos contra, PSD e PS, e dez votos a favor do CDS, PTP e PS.-----

-----Em seguida foi colocada à discussão a proposta de alteração ao Regimento apresentada pelo PTP: “Artigo vigésimo terceiro – Ponto um: Cada deputado tem três minutos de intervenção no período antes da ordem do dia, este tempo poder-se-á acumulado pelo grupo parlamentar. Artigo trigésimo oitavo – Ponto três: A violação do disposto no número anterior é punida, convidando os infratores a abandonar a sala voluntariamente, caso não seja respeitado, a Mesa solicita a intervenção da Polícia de Segurança Pública.”-----

-----Sendo que o PTP pretendia alterar dois artigos distintos, cada artigo foi votado separadamente. Numa primeira fase votou-se o ponto um do artigo vigésimo terceiro.-

-----O deputado Marco Almas referiu que cada deputado tem três minutos de intervenção e esta alteração sugerida pelo PTP seria para que esse tempo fosse acumulado pelo grupo parlamentar, consoante o número de deputados de cada grupo.-----

-----O deputado Ilídio Almada interveio dizendo que três minutos de intervenção por deputado é pouco tempo e que poderia ser alterado para cinco minutos.-----

-----Colocada à votação a alteração ao ponto um do artigo vigésimo terceiro proposta pelo PTP esta foi rejeitada por maioria com quinze votos contra, PSD e PS, nove votos a favor, PS, CDS e PTP e uma abstenção do PS.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal refere que o ponto três do artigo trigésimo oitavo da proposta de Regimento apresentada pelo grupo de trabalho, não pode ser alterada pois é uma transcrição da lei. No entanto a alteração proposta pelo PTP para o artigo trigésimo oitavo poderá ser introduzida através de um novo ponto.--

-----Assim sendo o PTP introduz a alteração ao Regimento como ponto quatro do artigo trigésimo oitavo.-----

-----O deputado Domingos Andrade concorda com esta alteração ao Regimento, introduzindo o ponto quatro ao artigo trigésimo oitavo, que salvaguarda a segurança da Assembleia. -----

X  
JLJ  
Silvio Alm

-----O deputado João Gomes refere que então é necessário modificar esse novo ponto quatro do artigo trigésimo oitavo substituindo “A violação do disposto no número anterior(...)” por “A violação do disposto no número dois(...)”.-----

-----Colocada à votação a alteração ao artigo trigésimo oitavo com a introdução de um ponto número quatro foi aprovada por unanimidade.-----

-----Não havendo mais propostas de alteração foi colocada à votação a proposta de Regimento Global, já com as alterações aprovadas ao artigo trigésimo oitavo, que foi aprovada por maioria com seis votos contra, PTP e CDS, e dezanove votos a favor, PSD e PS.-----

-----O deputado Ilídio Almada em declaração de voto referiu que votou contra porque na sessão anterior a mesa apresentou uma proposta que incluía todos os grupos parlamentares e essa proposta foi chumbada. Se os deputados têm acento nas sessões solenes não entende porque não podem falar.-----

-----O deputado Marco Almas em declaração de voto disse que assistiu ao respeito à democracia quando a Assembleia votou a favor da proposta do PTP, mas não entende porque a proposta do CDS não foi aprovada.-----

-----O deputado Domingos Andrade interveio explicando que o Regimento foi elaborado tendo em conta o bom funcionamento da Assembleia, não é necessário introduzir alterações que irão dificultar o bom funcionamento da mesma.-----

-----O deputado Marco Almas solicitou a defesa da honra, que não foi concedida pelo Presidente da Assembleia por este não ter constatado tal ofensa.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que os pontos três, quatro e sete, como estão relacionados, fossem discutidos em conjunto e votados em separado, esta sugestão foi aceite por todos os deputados.-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta de orçamento do Município da Ribeira Brava para o ano de dois mil e catorze.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Ribeira Brava para o ano de dois mil e catorze.-----

----- Ponto sete - Discussão e Votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Ribeira Brava para o ano de dois mil e catorze.-----

-----O Presidente do Município referiu que o Município tem dificuldades financeiras mas que tentará fazer o melhor pelo concelho com o orçamento que tem disponível. Deu a conhecer a proposta de orçamento e qual o plano plurianual de investimentos para dois mil e catorze. Em relação ao mapa de pessoal referiu que não existem chefias e que pretende contratar alguns técnicos, caso haja possibilidade financeira.-----

-----A deputada Manuela Gomes interveio elogiando o discurso do senhor Presidente mas referindo que é necessário uma memória justificativa para cada rubrica, pois assim só têm números para ver e nenhuma explicação. Referiu também que o Tribunal de Contas pede essas memórias justificativas.-----

-----O senhor Presidente do Município esclareceu o Tribunal de contas não pede memórias descritivas, mas a Câmara tem essas memórias para controle interno.-----

A  
Silva

-----O deputado Marco Almas fez um pedido de esclarecimento interrogando se a rúbrica sobre melhoramento da área balnear destina-se a tornar a praia numa área exemplar como anteriormente.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que é pretensão da Câmara a praia da Ribeira Brava ter bandeira azul, que demonstra qualidade e é um chamariz para o concelho, sendo que os técnicos municipais estão a trabalhar nesta área.-----

-----O deputado Marco Almas questionou se a manutenção dos parquímetros da Ribeira Brava será feita pelo Município ou por alguma empresa. Também questionou se não haverá financiamento europeu para caminhos agrícolas.-----

-----O Presidente do Município explicou que a Câmara continuará a explorar os parquímetros do concelho. Também referiu que está cabimentado no orçamento os trabalhos para o caminho agrícola da Fajã das Éguas, para o caso de haver dinheiro disponível avançar com a obra.-----

-----O deputado Ilídio Almada questionou porque voltaram para a Câmara trabalhadores que estavam nas Águas da Madeira, quais os apoios para as escolas e que instituições a Câmara irá apoiar.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento esclareceu que os funcionários da Câmara que foram para a empresa Águas da Madeira estavam salvaguardados com o direito de voltar ao Município caso não estivessem satisfeitos. Para dois mil e catorze o Município tem disponível trezentos e trinta mil euros para instituições, que é um valor muito baixo para todas as instituições do concelho que fazem um trabalho exemplar, mas é o dinheiro disponível neste momento. Em relação às escolas o Município irá apoiar-las na manutenção de espaços e em visitas de estudo.-----

-----O deputado Marco Almas perguntou qual o valor da dívida da Câmara.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento expos que a dívida da Câmara são de cerca quinze milhões de euros.-----

-----Colocado à votação o ponto número três foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, PSD, e onze votos contra, CDS, PS e PTP.-----

-----Colocado à votação o ponto número quatro foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, PSD, e onze votos contra, PS, CDS e PTP.-----

-----Colocado à votação o ponto sete foi aprovado por unanimidade.-----

-----A deputada Catarina Almeida fez a seguinte declaração de voto: “Os membros eleitos para a Assembleia Municipal da Ribeira Brava pelo Partido Socialista da Ribeira Brava votaram contra a proposta de orçamento do Município, atendendo ao seu empoamento na receita nomeadamente aos serviços (pontos remontados ao código 7.02) para justificar as despesas que deverão ser realizadas. No que respeita às despesas, a Câmara Municipal mantém uma política de centralização dos serviços, visto que não dá verbas às freguesias para que possam atuar nos seus territórios, pois prevê apenas uma verba de 5000 euros para as 4 freguesias, além de reduzir significativamente o apoio às IPSS. Para mais, o fundo social municipal (código 06.03.01.02 da receita) no valor de 323,006 euros, que vem dar apoio às famílias não aparece na rúbrica das despesas (código 04.07). Os membros eleitos para a Assembleia Municipal da Ribeira Brava pelo Partido Socialista da Ribeira Brava votaram contra

a proposta do plano plurianual de investimentos do Município, por acharem que este só realiza pagamentos, sem verbas para funções sociais.”-----

-----O deputado Ilídio Almada em declaração de voto expos o seguinte: “um orçamento é um exercício económico mas não se deve resumir a um mero exercício matemático pois há que ter em conta que tem implícito no seu objeto os ribeirabravenses, as pessoas devem ser a preocupação central deste orçamento. Onde estão as medidas para o combate ao desemprego, criação de emprego, o turismo, as medidas sociais de ajuda às famílias (cinquenta mil euros) principais objetivos da governação PSD durante a campanha eleitoral. O apoio social dilui-se pelas várias rubricas orçamentais sem ter o impacto numa rubrica concreta para causar uma mudança nítida para os ribeirabravenses. Apenas duas requalificações para caminhos e veredas face às dezenas prometidas e explanadas no folheto das promessas eleitorais. Faz parte deste orçamento concluir duas estradas municipais inacabadas e a estrada da Fajã das Éguas patrocinadas com verbas do IFAP. O restante orçamento limita-se a despesas administrativas e ao pagamento de dívidas do anterior mandato de Ismael Fernandes. Para quem pensou que ia ver uma posição de força e mudança de paradigma nas políticas de incentivo à captação de investimento por exemplo nas áreas da hotelaria, incentivo aos jovens para criarem as suas próprias empresas, fica desiludido, é mais do mesmo, estagnação e obras sem sustentabilidade. A cultura apenas merece a atenção de oito mil trezentos e vinte euros e a verba destinada ao desporto, clubes e associações, importantes para o desenvolvimento dos jovens ribeirabravenses, fica muito aquém do esperado sendo englobados em conjunto com a ADbrava, Bombeiros Municipais entre outras entidades sem fins lucrativos, com menos de um por cento do valor total do orçamento. Os Bombeiros deveriam ter especial atenção da governação social democrata pelo papel importante que desempenham em favor da população. O CDS apoia a municipalização dos bombeiros mas face ao futuro negro que este primeiro orçamento deixa adivinhar será impossível caminhar nesse sentido. É preciso pensar nas pessoas e nas suas prementes necessidades, o combate à fome e ao desemprego.”-----

-----O deputado Domingos Andrade em declaração de voto elogiou o orçamento com rigor, adaptado à realidade, de acordo com o contexto económico nacional. O Município irá agir consoante o dinheiro que tem disponível, pagando as dívidas que tem de anos anteriores. Referiu com alguma surpresa o voto contra dos outros partidos, quando estão sempre a pedir mais inovação e investimento.-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou que com a entrada em vigor da lei oito de vinte e um de fevereiro todos os compromissos com duração superior a um ano, que não estejam no plano plurianual, seria necessário parecer da Assembleia. Sendo assim o executivo solicitou à Assembleia que esta dê uma autorização prévia genérica para que quando seja necessário avançar com compromissos com essas



características o executivo posso encaminha-los tornando assim mais célere o processo.-----

-----Colocado à votação este ponto foi aprovado por maioria registando-se vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do PTP.-----

----- Ponto seis – Discussão e votação da proposta da não atualização das rendas do Mercado Municipal da Ribeira Brava para o ano de dois mil e catorze.-----

-----O Presidente do Município referiu que o executivo tem consciência das dificuldades que os comerciantes estão a passar e, assim sendo, propõe que a taxa de arrendamento do Mercado Municipal não seja atualizada, apoiando assim os comerciantes.-----

-----O deputado Ilídio Almada questionou se a não atualização de taxas seria só para o Mercado Municipal. Concorde com a manutenção das taxas, mas sugere que haja mais dinâmica no mercado municipal, através da venda de produtos dos agricultores do concelho que teriam assim um local para escoar os seus produtos e atrair turistas.----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse ser da intenção do executivo dinamizar o mercado municipal, nomeadamente com o mercado de Natal, organizado no mercado municipal. Também semanalmente dois agricultores vendem os seus produtos no mercado. O executivo pretende dinamizar o mercado e está a trabalhar nesse sentido.-----

-----O deputado Fábio Santos apoiou a iniciativa do executivo na manutenção das taxas no mercado municipal. Sugere que a frutaria, que está no andar superior, passe para o andar inferior dinamizando assim o mercado.-----

-----O Presidente entendeu a sugestão do deputado Fábio, no entanto não se pode modificar a localização da loja da fruta tão facilmente, pois o comerciante paga uma renda consoante o contrato realizado que não pode ser alterado simplesmente.-----

-----O deputado Marco Almas disse que esta proposta da Câmara é excelente, mas que deveria baixar as taxas para revitalizar e atrair novos comerciantes.-----

-----Procedeu-se à votação do ponto seis que foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Ilídio Almada interveio desejando em nome do grupo parlamentar do CDS Boas Festas a todos os deputados.-----

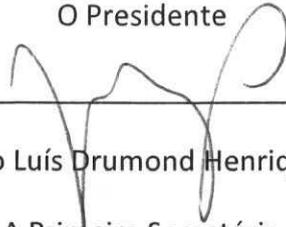
-----A minuta desta sessão da Assembleia, depois de lida, foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Presidente da Assembleia informou que a próxima sessão da Assembleia será na freguesia do Campanário.-----

-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

A  
Sílvia Maria Almada

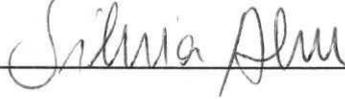
O Presidente



---

(João Luís Drumond Henriques)

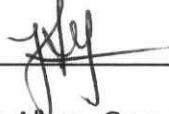
A Primeira Secretária



---

(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



---

(João Abreu Gomes)